

Há exagero contra Bolsonaro, diz nova presidente da CCJ

Da ala bolsonarista do PL, Caroline de Toni quer votar pautas de costumes e analisar anistia a ex-presidente

ENTREVISTA
CAROLINE DE TONI

Victoria Azevedo

BRASÍLIA A nova presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara, deputada Caroline de Toni (PL-SC), diz ver "exagero" contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e que a comissão poderá discutir anistia aos condenados pelos atos golpistas do dia 8 de janeiro, incluindo o ex-chefe do Executivo.

"Se enxergar que tem a oportunidade de ele [Bolsonaro] ser anistado, com certeza, ele vem sendo acusado de muitas coisas que nós entendemos que há um exagero. Havendo a conveniência e a oportunidade de pautar [projetos de anistia] e de incluí-lo, não vejo por que não", diz.

Na Câmara há projetos em tramitação que tratam da anistia dos envolvidos nos ataques golpistas. Um deles estava sob relatoria da deputada Sâmia Bonfim (PSOL-SP), que rechaçou a proposta. Mas ela não foi indicada pelo PSOL para a CCJ neste ano e, dessa forma, perde a relatoria. Agora, caberá à presidente do colegiado definir o novo relator. Caroline foi eleita presidente da principal comissão da Câmara dos Deputados na quarta (6), num revez para o governo Lula (PT). Da ala bolsonarista do PL, defende pautas caras ao bolsonarismo, como a flexibilização do porte de armas, e é contra o aborto e diz que pautas de costume poderão ser analisadas na CCJ.

A sra. vai pautar algum projeto de anistia aos condenados pelos atos golpistas do 8 de janeiro? Não tenho certeza de que isso vai acontecer. Mas a ideia é que a comissão possa discutir a anistia aos envolvidos nos ataques golpistas do dia 8 de janeiro. Muitos não estão na CCJ. Um estava com a relatoria da deputada Sâmia Bonfim (PSOL-SP). Ela não estava designada como membro da comissão na instalação da comissão (na quarta), o regimento diz que cai a relatoria. Esse é um projeto que a gente tem que apresentar para aprovar. Por que não existe uma reclamação muito forte dos advogados, das pessoas que participaram de manifestações no 8 de janeiro, de que os advogados não tiveram acesso aos autos, ou de que a sentença não é individualizada, de que foram sendo infringidos incisos do artigo 5 da Constituição com relação aos direitos dos acusados. Caso haja apelo social não vejo problema de pautar esse tipo de projeto.

Acha que a anistia deveria incluir o ex-presidente Jair Bolsonaro? Tenho que analisar com mais detalhes, se é viável que tem oportunidade de ser anistado, com certeza. Porque ele vem sendo acusado de muitas coisas que nós entendemos que há um exagero. Havendo a conveniência e a oportunidade de pautar e de incluí-lo, não vejo por que não.

O presidente Lula foi acusado, julgado e condenado pela Justiça em três graus de jurisdição. Depois, o próprio Supremo anulou algumas das condenações, tornando ele elegível novamente e ele voltou a ser presidente. Ou seja, tiveram várias movimentações no sentido de uma espécie de anistia pelo presidente Lula. O presidente Bolsonaro, por outro lado, não cometeu nenhum crime. Não vejo que tenha cometido nenhum crime para ter sido declarado inelegível. Ele está dentro das quatro linhas da Constituição. Não fazemos antes de ouvir as bases partidárias, o contrário se dá. O primeiro Bolsonaro. Havendo clima, não há por que não pautar esse tipo de projeto. Mas não é algo que veja para logo.

A presidente da CCJ Bia Kicis (PL-DF) na CCJ foi marcada por tensionamento. Isso vai se repetir na sua gestão? Acredito que não, por que o que caracterizou a Bia foi justamente tentar pautar muitos temas de costumes nas primeiras pautas e só temas de direita. E, na verdade, a gente tem que ter a sensibilidade de que a CCJ, por mais que queramos como deputadas de oposição fazer isso, temos que ver a conveniência e a oportunidade de se fazer isso. Quando a gente faz uma pauta que atenda um pouco de cada bancada, cumpre a missão institucional. Na medida do possível que a gente puder pautar temas de costumes, a gente vai pautar. Mas a gente também tem que ter a sensibilidade de que, sendo uma Casa que é um espelho da própria sociedade e da multiplicidade do próprio plenário, a gente tem que pautar um pouco de cada bancada. Estou elaborando a primeira pauta para a semana que vem.

A Câmara está discutindo uma PEC (proposta de emenda à Constituição) que restringe a atuação da Polícia Federal no Congresso. A sra. defende essa iniciativa? Defendo que nossas prerrogativas sejam respeitadas. O que a gente tem visto hoje é que muitas das prerrogativas, muito da nossa imunidade para po-



A deputada bolsonarista Caroline de Toni (PL-SC), nova presidente da CCJ. Foto: Lado B - 1. ano 2024 / Vitor Hugo

der exercer o nosso trabalho, não estão sendo respeitadas. A gente fez uma obstrução grande na Casa no ano passado. O [presidente do Senado, Rodrigo] Pacheco foi sensível ao nosso apelo, pautou uma das PECs que limitava esses avanços por decisões monocráticas [do STF]. A gente tem que restaurar o respeito, por que nenhum Poder está acima do outro.

A sra. dará andamento na CCJ a pautas que miram a atuação do STF? A PEC aprovada no Senado [que limita as decisões individuais de ministros da corte], nem foi despachada pelo presidente Lira. Primeiro, a gente tem que discutir com ele.

A sra. vai pautar projetos caros ao bolsonarismo? Vamos ver conveniência e oportunidade. Como deputada de direita, a gente entende que é um apelo popular, a gente também merece respeito. As pautas da direita também merecem respeito, porque foram chamadas nas urnas.

A sra. é contra o aborto e defensora do Estatuto do Nascimento. Esse tipo de pauta pode ser analisado na CCJ? Entendo que quando o STF quis pautar a descriminalização do aborto e, agora, na normativa do Ministério [da Saúde sobre aborto legal], quis pautar novamente isso, não vejo por que a defesa da vida deveria ter início na Câmara.

Se entender que há apelo popular, que está havendo uma invasão da nossa competência de legislar acerca do tema, uma das respostas que a gente que não é a favor do aborto tem a dar é tentar aprovar o Estatuto do Nascimento. Não vejo problema em não fazer isso, porque o Supremo e o Executivo estão tentando liberar o aborto. Uma resposta que a gente tem a dar é pautar esse tipo de projeto. Já vi isso como reação a esse movimento dos demais Poderes.

Alados do governo têm minimizado sua vitória, dizendo que os projetos hoje são do dia de amanhã. Isso não é verdade. Tem que ter a consciência de que a gente tem que pautar um projeto de plenário, você pode ter um projeto de plenário, mas não é algo que seja o tema da discussão do plenário.

A sra. é a segunda mulher a presidir a CCJ. A primeira, Bia Kicis, também é de direita. Isso mostra fragilidade na esquadra? A esquerda deveria ver o caso do PL como grande exemplo a ser seguido, porque nas duas oportunidades que os partidos de direita tiveram de ocupar a principal comissão da Casa, indicaram mulheres. A esquerda, como diz defender a pauta das mulheres, deveria se espelhar nisso.

As pautas da direita também merecem respeito, porque foram chanceladas nas urnas

Se entender que há apelo popular, que está havendo uma invasão da nossa competência de legislar acerca do tema, uma das respostas que a gente que não é a favor do aborto tem a dar é tentar aprovar o Estatuto do Nascimento (...) porque o Supremo e o Executivo estão tentando liberar o aborto

Caroline foi aluna de Olavo e prioriza projetos de lei que endurecem penas

BRASÍLIA Eleita para comandar a principal comissão da Câmara, a deputada Caroline de Toni (PL-SC) integra a ala mais radical do partido do ex-presidente Jair Bolsonaro. Ela foi aluna do filósofo Olavo de Carvalho, guru do bolsonarismo morto em janeiro de 2022, e já teve quebra de seu sigilo bancário determinada pelo ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes.

Escolhida na quarta-feira (6), por 49 votos favoráveis e 17 em branco, para comandar a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), Caroline definiu nesta sexta a primeira pauta do grupo, para reunião na próxima terça-feira (12), com destaque para projetos que endurecem as penas para determinados crimes.

A catariense escolheu propostas de expositores da oposição, como a deputada Carla Zambelli (PL-SP) e o deputado Kim Katagiri (União Brasil-SP). Um deles, de autoria de Kim, estabelece pena mínima de 25 anos a partir da terceira reincidência na prática de crimes dolosos contra a vida, crimes hediondos e tráfico de drogas.

Outro, elaborado por Zambelli, prevê aumento de pena se o crime de estelionato for cometido para fins de financiamento de exploração sexual, violência contra a mulher, criança, adolescente ou tráfico de pessoas.

Nascida em Chapecó (SC) e formada em Direito, Caroline foi eleita para seu primeiro mandato na Câmara em 2020 e reeleita em 2022 — na segunda vez, foi a deputada federal mais votada em seu estado.

Nas redes sociais, ela se descreve como defensora da vida, da liberdade, da família, do agronegócio e da segurança pública. Caroline também foi autora de um dos primeiros pedidos de impeachment apresentados contra o ex-presidente Dilma Rousseff (PT).

Alada de Bolsonaro, a deputada também foi crítica ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e a seu governo. Caroline assinou o pedido de impeachment do chefe do Executivo por suas declarações comparando a ofensiva militar israelense em Gaza com o Holocausto e esteve em ato convocado por Bolsonaro na avenida Paulista, em São Paulo, no último dia 25.

Integrante da FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária), Caroline foi membro titular da CPI do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) da Câmara dos Deputados no ano passado, na qual travou vários embates com parlamentares governistas e participou de diligências nos estados.

Além de sua atuação em matérias que tratam do agronegócio, ela defende pautas caras ao bolsonarismo, como a flexibilização do uso de armas de fogo e a proibição do aborto.

Nesta semana, a deputada foi às redes sociais criticar a decisão da França de incluir em sua Constituição a liberdade de uma mulher de abortar. "França celebra a mutilação de inocentes!", escreveu Caroline defendendo a Câmara um projeto de lei que proíbe o aborto no Brasil em qualquer caso, o chamado Estatuto do Nascimento.

No ano passado, ela foi 1 dos 36 parlamentares que votaram contra projeto de lei do Executivo que obriga empresas a pagarem o mesmo salário para homens e mulheres, que exercam as mesmas funções.

Nas redes sociais, a parlamentar também já criticou a atuação de ministros do Supremo. Hareforça o coro de parlamentares da oposição que se queixam das operações da Polícia Federal que recentemente miraram deputados do PL.

Em dezembro, criticou a aprovação de Flávio Dino para uma vaga no Supremo, classificando-a como "lamentável". Em junho de 2022, a pedido da PCR (Procuradoria-Geral da República), o ministro Alexandre de Moraes, relator no STF do inquérito que apura atos antidemocráticos organizados por apoiadores de Bolsonaro, determinou a quebra do sigilo bancário de dez deputados federais — entre eles a nova presidente da CCJ.

A época, ela afirmou que soube da quebra de sigilo por meio da imprensa e disse que não tinha nenhum fundamento jurídico que justificasse a medida.

"Não tenho mais dúvida de que estamos vivendo num estado de exceção", escreveu Caroline numa rede social.

Em seu discurso na quarta-feira, Caroline não fez críticas diretas ao Supremo, mas citou o que classifica como "ativismo judicial".

Victoria Azevedo

